A BARREIRA DAS 300 MIL T DE AMÊNDOAS DEVERÁ SER SUPERADA EM BREVE, PELO BRASIL, GRAÇAS AO RÁPIDO PROCESSO DE RENOVAÇÃO DE CACAUAIS E AMPLIAÇÃO DA ÁREA PLANTADA. AS ÚLTIMAS ESTIMATIVAS DIVULGADAS PARA O ANO AGRÍCOLA DE 1978/79 JÁ MOSTRAM O BRASIL OCUPANDO A SEGUNDA POSIÇÃO ENTRE OS PRODUTORES MUNDIAIS. ENTRETANTO, A ELEVAÇÃO DAS COTAÇÕES INTERNACIONAIS PODE ESTIMULAR UM GRANDE PRODUTOR, COMO GANA, A MOBILIZAR OS SEUS "ESTOQUES" DE CACAUAIS COM O OBJETIVO DE AUMENTAR A SUA PARTICIPAÇÃO NO MERCADO. TAL POSSIBILIDADE PODERIA MODIFICAR A ATUAL HIERARQUIA DE PAÍSES PRODUTORES.

A safra temporã da região cacaueira baiana deverá alcançar entre 156 mil t e 174 mil t de amêndoas no período maio-setembro de 1979. Com isto, não se realizará a previsão estimativa de muitos corretores de que, durante o ano agrícola internacional de 1978/79 (1/10/78 a 30/9/79), o Brasil produziria 300 mil t.

De fato, considerando que a Bahia é responsável por aproximadamente 95% do cacau do país, e que a safra principal do ano agrícola brasileiro de 1978/79 (1/5/78 a 30/4/79) alcançou, naquele estado, 108 mil t, teríamos, para o período internacional equivalente, produção total de 277,8 a 297 mil t. Um pouco abaixo, portanto, das previsões que estão sendo divulgadas.

Quanto à estimativa para a safra principal do ano agrícola brasileiro de 1979/80 (de 1/10/79 a 30/4/80), a previsão é de que se mantenha a produção do ano anterior.

Neste quadro, o comportamento das exportações de cacau segue a mesma tendência. Apesar de muitos acreditarem que este ano se deverá alcançar, pela primeira vez, o patamar de 1 bilhão de dólares, o Brasil deverá receber em divisas com o cacau cerca de 900 milhões de dólares, que representam um volume total exportado de 260 mil t de amêndoa (ou o equivalente em produtos). De qualquer modo, é preciso destacar que o valor das exportações deste ano ainda terá sido beneficiado pelos altos preços externos praticados em fins de 1978, que estavam entre 30 a 35% acima das cotações atuais do cacau em amêndoas. Isto porque muitas entregas que se realizaram no primeiro semestre foram contratadas no final do ano passado.

Uma produção privilegiada

Em função da estrutura de comercialização interna do cacau que, ao contrário da existente nos grandes produtores africanos, não sofre influência governamental direta sobre os preços pagos aos agricultores, a lavoura de cacau brasileira tem sido bastante beneficiada por estes três últimos anos de cotações elevadas no mercado externo.

O agricultor brasileiro tem recebido entre 70 a 80% do valor médio, em cruzeiros, do preço diário dos mercados (calculado como a média dos três primeiros futuros das bolsas de Nova Iorque e Londres) enquanto os produtores africanos não chegam a receber 40% daquele valor. Considerando ainda os subsídios dados ao cré-

dito para investimento e custeio das lavouras, verifica-se que o quadro existente para os cacauicultores era bastante favorável.

Assim, grande parte dos produtores aderiram ao programa de renovação e implantação de cacauais – PROCACAU, aumentando suas propriedades. Observou-se mesmo a entrada no ramo de novos produtores, diante das margens de lucro alcançadas.

Esta capitalização acelerada, ocorrida entre 1975 e 1977, com inversão de grande parte dos lucros em aquisição de terras, permitindo também aos produtores uma maior capacidade de obtenção de empréstimos para a implantação de novos cacauais, vai explicar, por sua vez, alguns problemas vividos hoje pelo setor.

Baseando-se em um rápido programa de expansão da cultura, com todas as vantagens oferecidas pelo PROCACAU, os custos da produção aumentaram consideravelmente sem que houvesse compensações proporcionais do lado dos preços no mercado internacional, como era esperado.

O crescimento da demanda por mão-de-obra, por exemplo, fez com que seus custos se elevassem com grande rapidez, atingindo, hoje, valores equivalentes a até 2,5 vezes a diária do salário-mínimo regional para a mão-de-obra temporária. Com isto os lavradores começam a defrontar-se com reduções em suas margens de lucro. A confrontação entre a elevação dos preços de insumos e a dos valores internos do cacau; a cada ano, mostra uma queda gradativa na relação preços recebidos/preços pagos por produtores.

Segundo os produtores, os preços atuais, apesar de já terem atingido entre Cr$ 900,00 e Cr$ 1.000,00 por arroba, para entrega futura, não são considerados remuneradores. A verdade, no entanto, é que a aceleração das desvalorizações cambiais vêm contribuindo para atenuar essa queda da lucratividade.

Por outro lado, são remotas as perspectivas de ganhos reais nas cotações internas nos próximos anos, em vista da entrada em produção das áreas implantadas e renovadas dentro do sistema PROCACAU, que tendem a oferecer incrementos constantes na oferta sem a devida cobertura de crescimento da demanda interna e externa, provocando quebras nas cotações internacionais, com reflexos na remuneração interna.

O maior produtor mundial?

As projeções do PROCACAU apresentavam o Brasil como o futuro maior produtor de cacau. Algumas considerações sobre o mercado internacionais devem ser feitas, para julgar-se a validade deste objetivo.

A barreira das 300 mil t de amêndoas por ano deverá ser superada em breve (no máximo em três anos). Tal fato se deve basicamente a que o Brasil é o único país produtor cuja lavoura de cacau passa por um rápido e vultoso processo de renovação e ampliação, além de ser o único entre os grandes produtores onde os preços internos não sofrem controle direto do Estado.

As últimas estimativas divulgadas para o Ano Agrícola de 1978/79 dão ao nosso país a garantia da segunda posição entre os maiores produtores mundiais com estimativa de produção total entre 275 e 300 mil toneladas, superado apenas pela Costa do Marfim, que deverá produzir entre 300 e 320 mil toneladas, dentro de uma produção mundial atualmente calculada como situada entre 1.438.000 e 1.467.000 toneladas.

Por outro lado, as produções de Gana e Nigéria continuam apresentando quebras continuadas. Nesta safra tais quebras deverão alcançar um total de 55.000 t, representando cerca de 12% da produção dos dois países na safra 1977/78. Entre outros motivos para tal situação, destacamos a perda de interesse relativo da Nigéria, ao passar à condição de país produtor de petróleo, com a conseqüente migração interna para atender à demanda por mão-de-obra da exploração de óleo, em prejuízo da lavoura, e a aceleração do abandono de lavouras em Gana como conseqüência dos baixos preços internos do produto.

Entretanto, não se pode esquecer, principalmente no caso de Gana, que uma elevação nas cotações internacionais, associada a uma maior estabilidade política e a uma maior participação dos produtores nas receitas obtidas com a exploração, poderá fazer com que se mobilizem os "estoques" de cacauais existentes. E, mesmo, que se estruturem programas de renovação e implantação de lavouras, a exemplo do que está ocorrendo no Brasil. Tal possibili-

dade, então, poderá inverter a atual hierarquia no mercado produtor.

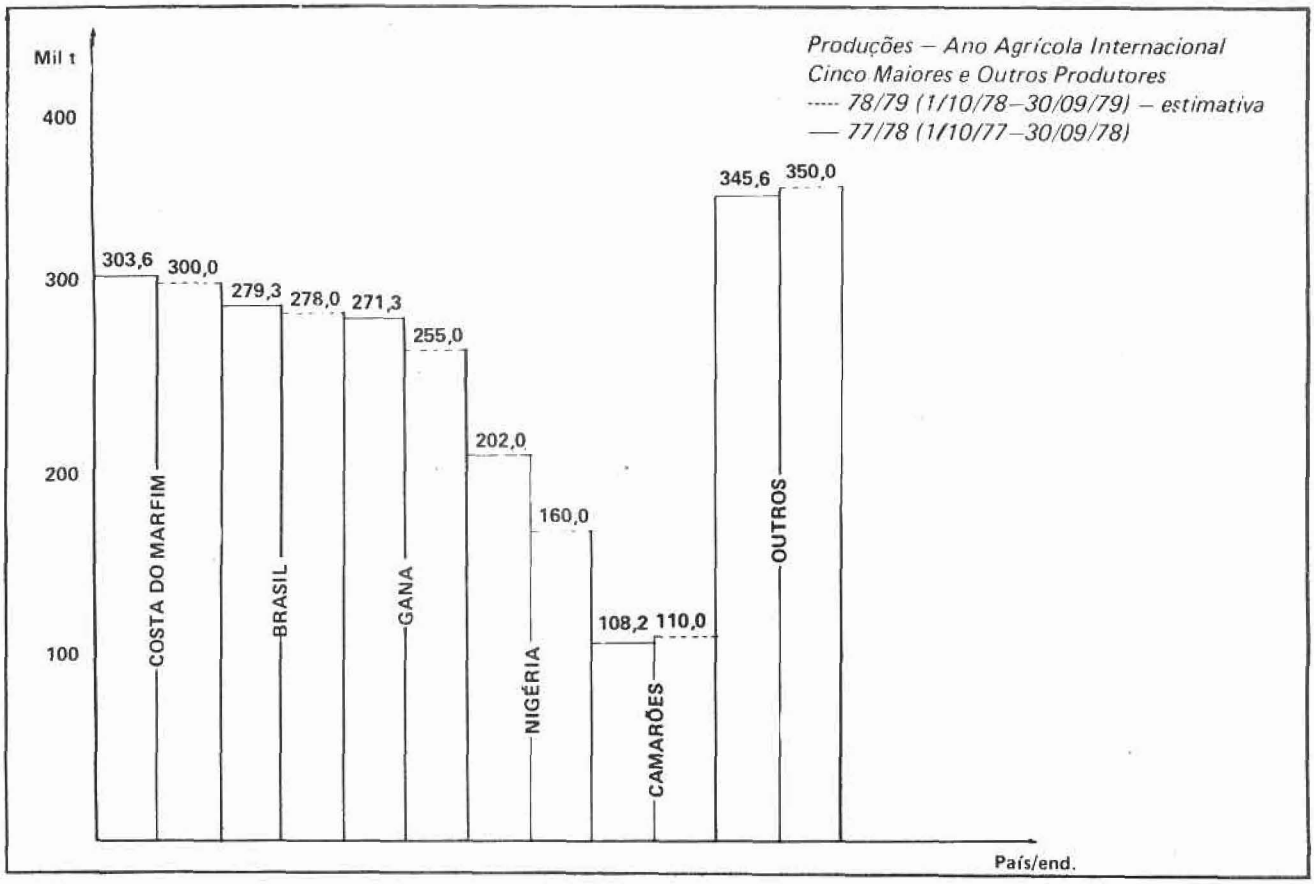
Dificuldades para um acordo

Quanto à hipótese de uma regularização do mercado através da ratificação de um acordo internacional, as possibilidades não são muitas. A segunda sessão de negociações para substituição do acordo de 1975 teve início em 16 de julho último, em Genebra, sem que tenha havido progresso aparente nas posições de produtores e consumidores. Os primeiros fecharam questão em torno de um preço mínimo de US$ 1.86/lb peso, enquanto os consumidores não admitiram um preço superior a US$ 1.15/lb peso.

A primeira hipótese é de que simplesmente se ratifique o acordo de 1975. Como seu prazo de validade termina em 30 de setembro deste ano, a sessão de negociações em curso, sob pressão constante, poderá optar pela revalidação, mesmo entendendo sua total ineficácia como regulador de preços do produto.

Uma segunda hipótese – de conciliação – talvez seja ainda mais remota. Em tese, ambos os lados poderiam se apresentar mais flexíveis, chegando-se a um consenso quanto a um preço médio em torno de US$ 1.50/lb peso. Assim, seria mais fácil acomodar o mercado, sem que fosse preciso efetivar grandes compras (o que seria necessário para a criação de um estoque regulador que pretendesse elevar as cotações anuais para a faixa de US$ 1.86 a US$ 2.26/lb-peso, segundo foi proposto inicialmente pelos produtores).

Entretanto, parece certo que a delegação americana não ratificará qualquer solução, se esta estiver fora dos limites de preços propostos pelos países consumidores durante a primeira sessão de negociações (75 cents a 115 cents/lb-peso). E, por sua posição de primeiro consumidor mundial, os Estados Unidos seriam de primordial importância para a manutenção da tendência de crescimento positivo da demanda. Sua ausência, inclusive, tem sido um dos fatores impeditivos de um maior crescimento na demanda do produto, pois é o responsável pelo incentivo à utilização de substitutos de cacau. Assim, sem sua participação, parece irreal a



possibilidade, por exemplo, de se efetivar bloqueios à utilização de sucedâneos.

A terceira hipótese — a não ratificação de qualquer compromisso internacional — talvez constitua, neste quadro, a melhor opção para os países produtores. Isto porque os aumentos havidos nos custos de produção de amêndoas e produtos de cacau, devidos à elevação dos preços de energia, transporte e mão-de-obra, não permitem que os países produtores se satisfaçam com preços inferiores aos existentes, no momento, nos principais mercados do mundo. Este será, provavelmente, o comportamento adotado pelo Brasil, entre outros motivos pela facilidade que proporcionaria à liberação de cotas internas de exportação.

Uma política mais eficaz

Tratando especificamente da produção cacaueira no Brasil, observa-se hoje a necessidade de uma política mais eficaz de comercialização da produção, de modo a obter maiores ganhos no mercado externo, ao mesmo tempo em que possibilita o repasse destas vantagens ao produtor. Para isso, programas de treinamento e especialização de pessoal se tornam tão ou mais essenciais que os de aumento acelerado da produção. Do mesmo modo, maior liberdade de atuação de cooperativas de produtores, com utilização de linhas de crédito de comercialização e liberação de cotas de exportação, permitirá a efetivação de melhores preços internos a um maior número de produtores.

Finalmente, a podridão parda, que até agora apresentou baixa incidência, pode tornar-se um fator de redução da safra cuja colheita será iniciada em outubro deste ano, o que trará uma redução na disponibilidade do produto brasileiro nos últimos meses de 1979 e no início de 1980, mas não deverá comprometer o volume total exportado, bem como as receitas de exportação previstas para o ano em curso.

